

Coligações em eleições municipais: a lógica de 2016 com base na efervescência da política nacional

Humberto Dantas¹

Resumo

Partidos se coligam das mais diferentes maneiras em eleições municipais, sem respeitar algo que possa ser traduzido em matéria ideológica ou mesmo em relação a um alinhamento federal. Esse fenômeno se repete, pelo menos, desde o ano 2000, quando o Tribunal Superior Eleitoral passou a divulgar dados de alianças. Tais afirmações se fazem mais claras para a disputa de prefeituras, ou seja, eleições majoritárias municipais. O objetivo desse artigo é verificar o que houve com as alianças entre partidos no pleito de 2016, tendo em vista o comportamento histórico das legendas entre 2000 e 2012. A partir de então, buscará compreender se houve algum tipo de alteração na lógica de alinhamento tendo em vista o principal fato político de 2016, a despeito da importância das eleições: o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Parte-se da hipótese de que a despeito do sentimento de traição em relação à base de apoio ao Executivo no Congresso Nacional, o comportamento dos partidos nos mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros não foi impactado de forma tão marcante pelo afastamento presidencial.

Introdução

O estudo do conjunto de municípios brasileiros pela Ciência Política é menos comum que o olhar dispensado ao plano federal. Três obras recentes, no entanto, buscam lançar luz sobre a política local, a despeito de outras iniciativas relevantes. São elas: “A lógica das eleições municipais”, organizada por Antônio Lavareda

1 Doutor em ciência política pela USP, professor universitário, pesquisador da FGV-SP e, atualmente, presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, SP. No doutorado defendido em 2007 pesquisou as coligações em eleições majoritárias municipais sob a orientação da Profa. Dra. Maria D’Alva G. Kinzo.

e Helcimara Telles (FGV, 2016); “Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros”, organizada por Marta Mendes da Rocha e Maria Teresa Kerbauy (UFJF, 2014) e; “Parceria Social Público-Privada: textos de referência”, organizada por José Mario Brasiliense e Humberto Dantas (Oficina Municipal, 2012) – este último mais dedicado à gestão pública local, mas com textos sobre política municipais que merecem atenção. Também foram editadas, por exemplo, edições de revistas acadêmicas, como a Cadernos Adenauer, especificamente sobre os pleitos de 2000, 2004, 2008, 2012 e 2016, que também merecem atenção.

Paralelamente, também é incomum o estudo sobre coligações entre os partidos políticos. O precursor é o estudo de Gláucio Soares (1964), mas após o processo de redemocratização ganhou destaque a tese de doutorado de Rogério Schmidt (1999) e, principalmente, três livros editados pela Fundação Konrad Adenauer em parceria com a Unesp ao longo dos últimos doze anos, todos eles organizados por Silvana Krause (UFRGS) em parceria com: Rogério Schmidt (2005), Humberto Dantas e Luis Felipe Miguel (2010) e, Carlos Machado e Luis Felipe Miguel (2017). A partir de tais obras foi possível identificar e reunir diversos pesquisadores e suas análises sobre as alianças entre partidos políticos para a disputa de eleições, a despeito de um universo ainda pequeno. Josimar Gonçalves da Silva (2014) adiciona à discussão um artigo capaz de agregar o que, até então, havia sido publicado sobre o estudo das alianças em seu trabalho: “Desafios metodológicos nos estudos sobre coligações eleitorais: novos e velhos caminhos de uma agenda de pesquisa”, que sucedeu o esforço de Silvana Krause (2010) que caminhava na mesma direção – “Coligações: o estado e os desafios da arte”.

Mais incomum ainda é unir os dois pontos introduzidos aqui, ou seja: municípios e coligações. Os destaques, nesses casos, são a dissertação de mestrado de Carlos Machado (2007) e a tese de doutorado de Humberto Dantas (2007), antecedidas por estudo sobre os municípios goianos, feito por Silvana Krause e Denise Paiva Ferreira (2000) e sucedidas pelas contribuições de Vitor Peixoto (2010), Pedro Floriano Ribeiro (2010), Josimar Gonçalves da Silva (2017), Vitor Sandes (2013 e 2016) entre outros.

Com base em tais aspectos, o intuito desse artigo é promover um breve olhar sobre as alianças entre partidos para a disputa de eleições locais e, mais especificamente, no que ocorreu com tais acordos em 2016. Com base nos partidos que mais lançaram candidatos a prefeito entre 2000 e 2016, o intuito maior é verificar sobre que base ocorreram tais associações. Dantas (2013) observa que entre 2000 e 2012 o número de alianças entre legendas – sendo uma apoiando o candidato da outra, ou ambas dando respaldo formal a candidato de terceira – só aumentou nos possíveis cruzamentos dos dez maiores partidos brasileiros no

período analisado – PT, PSB, PDT, PPS, PMDB, PSDB, PL/PR, PFL/DEM, PPB/PP e PTB. Em 2016, no entanto, todos esses partidos diminuíram suas presenças nas cidades bem como a soma de suas alianças com as demais legendas.

Esse é o primeiro achado desse trabalho: os partidos reduziram presença em 2016, algo pouco comum até então com base em 12 anos e nas quatro eleições municipais majoritárias anteriores. Mas o que teria motivado tal encolhimento? Três hipóteses podem ser lançadas, mas apenas uma delas será avaliada aqui. A primeira está associada à mudança no financiamento de campanhas, que teria afastado partidos de algumas realidades locais, ou seja, inviabilizado legendas em parte das realidades municipais do país. A segunda está atrelada à ideia do desgaste da política e, mais especificamente, de uma perda crescente de legitimidade das legendas aos olhos da sociedade. A terceira, que será aprofundada, parte da ideia de que a efervescência política nacional teria criado cisões expressivas entre algumas legendas que se aproximaram muito nos últimos anos e teriam se distanciando em 2016.

É sobre esse terceiro ponto que este artigo está apoiado. A base de legendas que deram apoio ao PT para governar o país entre 2003 e 2016 se espalhou de forma significativa no espectro ideológico. Lula construiu um leque de acordos que foi do PC do B ao PP, e isso poderia ter facilitado a ideia de alianças locais para a disputa de prefeituras feitas das mais diferentes maneiras (Dantas, 2007). Ademais, com a chegada do ex-presidente ao poder, por meio das eleições de 2002, as legendas consideradas de esquerda teriam conseguido se espalhar de forma mais expressiva pelo território nacional, vencendo algumas barreiras associadas ao conservadorismo e ao olhar contrário a esse ponto do espectro.

Assim, a partir de 2016, com a ruptura nas relações partidárias em nível nacional que sustentavam o governo de Dilma Rousseff (PT) e findaram ocasionando seu impeachment, parte-se da hipótese de que o PT se afastaria de forma mais incisiva de tais partidos para a disputa de prefeituras. Tal argumento indicaria uma capacidade de coordenação nacional dos partidos, com ênfase nesse texto para o PT, que enfrenta resistência nos principais estudos sobre o tema, com destaque para os embrionários achados de Machado (2007) e Dantas (2007). De acordo com estes e outros autores, a conexão do plano nacional com o amplo conjunto de prefeituras não é tão preciso a ponto de se indicar a existência de algo orquestrado e coordenado a partir de Brasília. Dantas (2007) chega a sugerir que os estados até conseguem dar lógica mais clara aos acordos municipais para a disputa de eleições, ou seja, a vida partidária em torno do partido do governador explicaria melhor as alianças municipais do que aquilo que se produz de relacionamento partidário em torno do Presidente da República com ênfase no

alinhamento verificado no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados. Mas nem isso inspira Silva (2017) a afirmar tal hipótese de maneira absolutamente clara para o caso de Goiás - por mais que o autor finde apontando que pareça haver indícios da força do Executivo estadual.

Assim, para além dessa introdução que procurou localizar os principais estudos sobre coligações em eleições municipais majoritárias, serão avaliados os dados de coligações em 2016 em comparação ao período de 2000 a 2012 para, em seguida, com base na adesão dos partidos ao pedido de abertura do processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff (PT), verificar o impacto de tal fenômeno nas alianças municipais para a disputa de prefeituras. A hipótese, como já apontado, indica que teria havido algum tipo de influência.

As alianças para a disputa de prefeituras em 2016

Para que seja possível observar o conjunto de acordos em torno dos mais de 16 mil candidatos registrados a prefeito nas eleições de 2016 nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral, inicialmente é relevante resgatar um conjunto de tabelas de Dantas (2013) mostrando como os partidos políticos elevaram a quantidade de seus acordos entre 2000 e 2012. Na Tabela 1 nota-se, primeiramente, que quando tomadas as 10 maiores legendas do período analisado - PT, PSB, PDT, PPS, PMDB, PSDB, PL/PR, PFL/DEM, PPB/PP e PTB - nenhum partido esteve com o outro em menos de mil cidades e apenas um cruzamento superou dois mil municípios de forma muito discreta (PT e PMDB em 2.028 locais). Os números aqui mostrados simbolizam a quantidade de cidades onde cada cruzamento apontava as duas legendas unidas, seja uma apoiando candidato da outra ou ambas dando apoio a nome de um terceiro partido. Dantas (2007) dá a isso o nome de associações binárias para a disputa de eleições majoritárias municipais. Assim, uma coligação entre os partidos A, B e C será contabilizada como três associações binárias na tabela: A com B, A com C, e C com B.

O que chama a atenção na tabela é exatamente o fato de que, num universo de mais de 5,5 mil cidades, nenhuma associação ocorre em mais de 33% dos municípios (um terço), tampouco em menos de 15% deles, representando um complexo arranjo que não parece capaz de ser guiado por aspectos ideológicos ou tendências expressivas. A Figura 1, retirada do jornal O Globo para o pleito municipal mais recente, e reproduzida em Dantas (2016), é emblemática. Dantas (2007) já apresentara exercício gráfico semelhante para a eleição de 2000, chegando a resultado praticamente idêntico.

2012	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	1.646									
PR	1.511	1.536								
PTB	1.734	1.528	1.449							
PMDB	1.739	1.612	1.567	1.766						
PSDB	1.909	1.991	1.571	1.723	1.762					
PPS	1.192	1.226	1.032	1.138	1.250	1.373				
PDT	1.521	1.346	1.308	1.532	1.654	1.523	1.167			
PSB	1.455	1.291	1.324	1.439	1.554	1.469	1.130	1.489		
PT	1.531	1.041	1.402	1.493	2.028	1.104	1.007	1.702	1.697	

Rev. Parlamento e Sociedade, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 43-58, jan./jun. 2017

Segundo os dados da Tabela 1, com base nas eleições de 2012, se tomada organização ideológica bastante aceita pela Ciência Política para os partidos, a despeito da polêmica em torno dessa classificação, será possível notar que a média das associações binárias de partidos de direita (PTB, PP, DEM e PR) fica em 1.537 cidades; entre legendas de esquerda (PPS, PSB, PDT e PT) em 1.329; entre legendas de centro (PSDB e PMDB) 1.762; entre esquerda e direita atinge 1.329; entre centro e direita 1.734; e entre centro e esquerda 1.494. Não parece possível afirmar, assim, um padrão nitidamente ideológico em tais movimentos, isso sem contar que em cada uma dessas associações binárias pode haver o envolvimento simultâneo de tantas outras organizações de colorações diferentes em longas coligações envolvendo diversos outros partidos.

Os resultados de 2012 marcam uma evolução ocorrida, ao menos, desde 2000². Quando os números mais recentes são comparados às associações das eleições anteriores, todos os valores são positivos em termos percentuais. Ou seja: entre 2004 e 2000, entre 2008 e 2004, e entre 2012 e 2008 só houve crescimento nesses acordos binários. Isso está associado ao fato de que os partidos elevaram suas respectivas presenças nas cidades ao longo de doze anos e quatro eleições, sem que o total de candidatos a prefeito no Brasil tenha aumentado tanto assim, ou seja, a quantidade de legendas por coligação subiu, e com essa elevação cresceu também a quantidade de acordos.

A Tabela 2 é capaz de trazer a comparação entre 2012 e 2000 de acordo com Dantas (2013). Como já apontado nenhum número é negativo. As maiores variações ocorrem à esquerda, que praticamente triplica seus acordos com os demais partidos, sendo o PT e o PSB os exemplos mais marcantes.

Tabela 2 – Variação % de associações para a disputa de prefeituras 2012 / 2000

2012/2000	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	1,79									
PR	104,74	57,22								
PTB	45,59	13,44	78,89							
PMDB	37,15	14,73	84,35	45,59						
PSDB	50,2	24,05	98,61	35,14	23,04					
PPS	90,42	76,91	136,16	91,58	45,35	62,1				
PDT	94,5	69,52	163,71	108,72	67,07	92,54	93,85			
PSB	242,35	168,96	296,41	223,37	175,04	155,92	119,42	173,21		
PT	557,08	445,03	520,35	402,69	188,07	144,79	91,44	159,45	186,66	

Fonte: Dantas (2013)

2 Eleições anteriores como as de 1996, 1992 e assim por diante, não contam com dados sobre coligações organizados de forma consistente nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Tal fenômeno se dá, principalmente, com a chegada da esquerda ao poder federal, e o impacto desse nível de governo no plano municipal, que teria resultado no espraiamento dessas legendas por todo o país. A Tabela 3, também retirada de Dantas (2013), mostra que o ritmo de presença dos partidos de esquerda nas disputas majoritárias municipais foi muito maior que à direita – a exceção é o PR/PL que ocupou o cargo de vice-presidente da República na chapa de Lula (PT) em 2002. Por sinal, no caso da direita, o PFL/DEM registrou a única redução no total de presença por cidade, vitimado pelo surgimento do PSD em 2011 e pelos anos em que se desoxigenou na oposição federal e nos enfraquecimentos estaduais. Nas linhas denominadas “capilaridade” é possível notar como as legendas de esquerda saltam, em termos percentuais, de presenças entre um terço e metade dos municípios do país em 2000, para um mínimo que se aproxima de 60% (PPS) e um máximo que chega a quase 100% das cidades com o PT (91%).

Tabela 3 – Total de cidades onde cada partido participa das eleições majoritárias 2000 a 2012

	PP*	DEM*	PR*	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
2000	3.956	4.652	2.404	3.495	4.995	4.331	2.432	2.848	1.902	2.722
2004	4.222	4.592	3.903	4.221	5.064	4.536	3.350	3.593	2.640	4.634
2008	4.262	4.307	3.752	4.139	5.026	4.576	3.193	3.910	3.510	4.695
2012	4.687	4.174	3.968	4.326	5.326	4.831	3.254	4.273	4.197	5.075
Evolução 12-00	18,50%	-10,30%	65,10%	23,80%	6,60%	11,50%	33,80%	50,10%	120,70%	86,40%
Capilaridade 2012	84,20%	75,00%	71,30%	77,70%	95,70%	86,80%	58,40%	76,70%	75,40%	91,10%
Capilaridade 2000	71,10%	83,70%	43,20%	62,90%	89,80%	77,90%	43,70%	51,20%	34,20%	49,00%
PSB	242,35	168,96	296,41	223,37	175,04	155,92	119,42	173,21		
PT	557,08	445,03	520,35	402,69	188,07	144,79	91,44	159,45	186,66	

* - PP, DEM e PR disputaram eleições nesses períodos com outros nomes, respectivamente: PPB, PFL e PL.

Fonte: Dantas (2013) com edição

Feita essa análise inicial em perspectiva histórica, utilizando dados do período entre 2000 e 2012, é necessário compreender o que de fato ocorreu em 2016. Para tanto, é necessário lembrar que o pleito municipal ocorreu sob o impacto de três alterações significativas no sistema eleitoral brasileiro – conforme afirma Dantas (2016). A primeira está atrelada à reforma política de dezembro de 2013, sancionada pela então presidente Dilma Rousseff, que teve parte de suas determinações válidas para as eleições de 2014 e outras deixadas para 2016, com ênfase aqui para as restrições à propaganda de rua. A segunda diz respeito ao término do julgamento de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal que findou

na proibição da participação de empresas como doadoras lícitas de campanhas eleitorais. Tal determinação retirou de circulação parte expressiva do volume de recursos considerados legais que irrigavam as campanhas brasileiras, elevando o peso dos partidos na distribuição de recursos próprios, a dimensão da autodoação e a dependência dos montantes de pessoas físicas. E a terceira está associada às reformas políticas de 2015, que reduziram o tempo de campanha, o prazo de filiação partidária e regularam a forma de se fazer propaganda, sobretudo no rádio e na TV, a partir de uma nova distribuição do tempo de exposição dos candidatos e duração dos programas. Por fim, importante ressaltar um profundo desgaste da política que levou parcelas da sociedade a um voto em candidatos que se diziam “não políticos”, bem como a um aumento de votos brancos, nulos e abstenções. Sem aprofundar tais aspectos, parece possível afirmar que as eleições de 2016 tiveram semblante distinto daquele vivido nos demais anos analisados em virtude de questões legais, políticas, sociais e econômicas.

Tabela 4 – Associações binárias entre partidos para a disputa de prefeituras (2016)

	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	1.371									
PR	1.346	1.306								
PTB	1.404	1.254	1.140							
PMDB	1.583	1.602	1.425	1.446						
PSDB	1.754	1.768	1.546	1.436	1.681					
PPS	1.115	1.120	996	988	1.165	1.325				
PDT	1.348	1.228	1.221	1.275	1.557	1.370	1.031			
PSB	1.464	1.311	1.308	1.286	1.531	1.573	1.117	1.325		
PT	1.248	834	1.126	1.112	1.496	836	784	1.386	1.228	

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral - tabulações próprias)

Com base em tais afirmações, a Tabela 4 carrega alguns indícios de semblante diferente. É possível notar a existência de totais inferiores a mil associações binárias entre os partidos, com destaque para o PT e o PPS. Ademais, Silva e Dantas (2017) mostram que as legendas menores aumentaram seus respectivos espriamentos pelo território nacional ao analisarem os pleitos proporcionais nas cidades entre 2000 e 2016, e que os partidos grandes reduziram seus respectivos ímpetos de crescimento na eleição mais recente. Isso teria feito com que novos agentes partidários ganhassem relevância localmente, provavelmente atrelados aos novos formatos de distribuição de recursos para a realização de campanhas. O fato é que a média de associações da Tabela 4, relativa a 2016, é mais de 11% inferior ao valor aferido na Tabela 1, de 2012, o que representa queda de 1.477 para 1.305 associações. Diante de tal fato, a principal questão é compreender se

tal fenômeno ocorreu apenas entre alguns partidos ou foi generalizado, tendo em vista fatores apontados anteriormente atrelados às novas realidades eleitorais e partidárias. Na Tabela 5 é possível verificar as associações entre 2016 e 2012.

Tabela 5 – Variação % de associações para a disputa de prefeituras 2016 / 2012

2016/2012	PP	DEM	PR	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
PP										
DEM	-16,71									
PR	-10,92	-14,97								
PTB	-19,03	-17,93	-21,33							
PMDB	-8,97	-0,62	-9,06	-18,12						
PSDB	-8,12	-11,2	-1,59	-16,66	-4,6					
PPS	-6,46	-8,65	-3,49	-13,18	-6,8	-3,5				
PDT	-11,37	-8,77	-6,65	-16,78	-5,86	-10,05	-11,65			
PSB	0,62	1,55	-1,21	-10,63	-1,48	7,08	-1,15	-11,01		
PT	-18,48	-19,88	-19,69	-25,52	-26,23	-24,28	-22,14	-18,57	-27,64	

Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral - tabulações próprias)

Nota-se a existência de apenas três números positivos na tabela, destacados em cinza, fruto das associações do PSB com o PP, o DEM e o PSDB. Resta saber se o partido socialista avançou efetivamente no período ou se foi utilizado como alternativa por ex-filiados de outras legendas de esquerda para se aproximarem de outros grupos – sobretudo o DEM e o PSDB – vistos como mais distantes (oposição) ao governo federal encabeçado pelo PT até maio de 2016.

A despeito do que seja possível afirmar para além de hipóteses, o fato é que a partir da Tabela 6, adaptada de Dantas (2013) com base nos dados do pleito de 2016, nota-se que todos os partidos perderam espaço nos municípios em relação às eleições majoritárias anteriores. Comparar 2016 com 2012 permite captar um encolhimento das legendas que varia dos 17,9% do PT e dos 12,6% do PTB aos 0,2% do PSDB e 0,4% do PSB. Assim, a despeito dos fatos ocorridos na política nacional que resultaram em forte encolhimento do PT, a redução na presença em pleitos majoritários municipais é notadamente um fenômeno mais geral que faz com que os principais partidos políticos brasileiros encolham. As novas regras de financiamento e o desgaste da política perante a opinião pública, provavelmente, têm doses de capacidade de explicar parte do ocorrido. Não à toa, ao que tudo indica, os partidos se organizaram para elevarem a distribuição de dinheiro público para que as legendas possam fazer suas campanhas. As propostas de reforma política discutidas no Brasil, sobretudo e com maior ênfase a partir de 2017, levam a tal percepção.

Tabela 6 – Total de cidades onde cada partido participa das eleições majoritárias 2000 a 2016

	PP*	DEM*	PR*	PTB	PMDB	PSDB	PPS	PDT	PSB	PT
2000	3.956	4.652	2.404	3.495	4.995	4.331	2.432	2.848	1.902	2.722
2004	4.222	4.592	3.903	4.221	5.064	4.536	3.350	3.593	2.640	4.634
2008	4.262	4.307	3.752	4.139	5.026	4.576	3.193	3.910	3.510	4.695
2012	4.687	4.174	3.968	4.326	5.326	4.831	3.254	4.273	4.197	5.075
2016	4.387	3.940	3.862	3.781	5.040	4.821	3.130	4.035	4.182	4.166
Capilaridade 2016	78,76%	70,74%	69,34%	67,88%	90,48%	86,55%	56,19%	72,44%	75,08%	74,79%
Evolução 12-00	18,50%	-10,30%	65,10%	23,80%	6,60%	11,50%	33,80%	50,10%	120,70%	86,40%
Evolução 16/dez	-6,40%	-5,61%	-2,67%	-12,60%	-5,37%	-0,21%	-3,81%	-5,57%	-0,36%	-17,91%

Fonte: Dantas (2013) com atualizações a partir de tabulações dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Com base em tais dados foi possível notar que os principais partidos políticos do período 2000 a 2016 cresceram e se associaram nas cidades brasileiras de forma significativa entre 2000 e 2012, e encolheram a partir de 2016 tendo em vista elementos lançados aqui como hipóteses a serem verificadas em outros estudos. Mas a pergunta central desse artigo ainda não encontrou resposta mais consistente: a despeito de um encolhimento maior do PT, as associações dos trabalhadores com legendas que pesaram de forma mais significativa para o conhecido desfecho do processo de impeachment de 2016 contra Dilma Rousseff, e eram consideradas sua base governamental, tiveram redução maior que os acordos celebrados com os partidos que defenderam a ex-presidente?

Existe relação entre o impeachment e os acordos para a disputa de prefeituras?

Dentre os partidos analisados nesse estudo, PSDB, DEM e PPS eram consideradas legendas de oposição ao governo Dilma Rousseff. Os três foram os únicos que, na Câmara dos Deputados, em abril de 2016, votaram em 100% pela admissibilidade do processo de impeachment. Essa votação será utilizada como base para a percepção de aproximação ou distanciamento com o governo em questão. O PT, legenda da então presidente, não teve qualquer um de seus deputados votando favoravelmente ao processo, e o PDT, considerado partido da base, teve 33% de adesão ao caso.

Os demais partidos governaram o Brasil com o PT, dando apoio ao governo em parte expressiva das votações nominais ocorridas na Câmara dos Deputados. A despeito de tal fato, o PTB (70%), o PR (72%), o PMDB (89%), o PP (90%) e o PSB (91%) foram amplamente favoráveis à saída da presidente. Se existir alguma relação entre o

comportamento partidário nesse processo e as alianças para a disputa de prefeituras em 2016, é esperado que o PT tenha rechaçado com maior veemência alianças com dois dos blocos de legendas aqui apresentados: a oposição federal (PSDB, DEM e PPS) e os partidos que, mesmo na base durante parte expressiva do governo petista, votaram pela queda de Rousseff (PMDB, PTB, PR, PSB e PP). Não é isso o que se verifica na realidade dos acordos municipais para disputas majoritárias do PT. Em maio de 2016 o partido chegou ensaiar proibições de alianças com legendas chamadas de golpistas por apoiarem o impeachment, mas a ideia não foi adiante.

À imprensa o presidente nacional da sigla afirmou que não poderia limitar acordos, sobretudo porque nos municípios as realidades eram específicas, e por vezes se descolavam do quadro nacional. A despeito disso, disse que o PT deveria priorizar as alianças com o PC do B (que não é objeto desse estudo) e com o PDT, por exemplo. Não foi exatamente isso o que ocorreu. A queda da presença do PT nas cidades foi pouco inferior a 18%, e em relação às associações as que menos foram reduzidas se deram com o Partido Progressista (PP), com queda de 18,5%, e com o PR (19,7%). O primeiro registrou número praticamente idêntico àquele que se deu em relação ao PDT (encolhimento de 18,6%). A questão é que 90% do PP votou favoravelmente à admissibilidade do impeachment e no PR esse número atingiu 72%, enquanto o PDT ficou em 33%. Assim, inicialmente, a relação entre acordos municipais e arranjos federais em torno da derrubada do governo não parece clara.

Com a oposição, as reduções foram variadas: queda de 20% com o DEM, de 24% com o PSDB e de 22% com o PPS, mas essas já eram três das quatro menores associações binárias verificadas em 2012, quando o PT se aliou com o PPS em 1.007 cidades, com o DEM em 1.041 e com o PSDB em 1.104 – a aliança entre o PPS e o PR foi vista em 1.032 localidades, completando a lista dos menores registros. A partir de 2016, as alianças entre o PT e seus opositores no governo federal afastado foram as únicas a ficarem abaixo de 900 cidades – o que pode ser simbólico, mas ainda assim demonstra peso expressivo à luz de uma realidade de conflito.

Se com o PP, que poderia ser chamado pelo PT de traidor no plano federal, a redução não foi tão significativa, o mesmo não se pode falar do PTB (25,5%), do PMDB (26,2%) e do PSB (27,6%). No primeiro caso, PTB e PT foram os partidos que mais encolheram em termos de presenças municipais em eleições majoritárias. Assim, o afastamento também pode ter ocorrido por ausência das legendas nas cidades.

Mas no caso do PMDB a redução não impediu a legenda de Michel Temer de estar presente em mais de cinco mil municípios, assim como no caso do PSB em que o encolhimento foi mínimo em relação a 2012. A pergunta central aqui seria então: o que teria levado o PMDB e o PSB para tão longe do PT? No primeiro caso a principal

questão pode estar associada ao fato de o PMDB ter sido considerado pelos petistas o grande traidor no processo de impeachment. O governo do país ficou nas mãos do partido, que teve no então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o agente que deu início ao processo com o aceite da peça apresentada por advogados de São Paulo. No caso do PSB, a antiga e sólida parceria ideológica no campo da esquerda começou a ruir, com maior força, nas eleições de 2012 em uma série de desencontros locais, tendo em Pernambuco um importante polo desagregador. A situação piorou em 2014 quando, tentando atrair Aécio Neves (PSDB) para o segundo turno, o PT acentuou as críticas à candidata Marina Silva (PSB).

Se tais explicações dão conta de um afastamento relevante, não é de se desprezar o fato de que mesmo em conflito o PT é o sexto parceiro mais relevante do PMDB nessa lista de dez partidos e o PMDB é o mais relevante parceiro dos petistas em associações binárias para a disputa de eleições majoritárias em 2016. O PC do B, que não está contemplado nesse estudo e é visto como parceiro fiel dos petistas em termos históricos, ideológicos e no processo de impeachment esteve, também em virtude de sua menor dimensão, em apenas 827 cidades com o PT.

Com base em tais percepções, um exercício adicional pode contribuir para a compreensão das alianças do PT com os partidos que estiveram mais próximos ou mais distantes em meio ao processo de impeachment de Dilma Rousseff. Quando o cabeça da chapa – o efetivo titular da coligação – era de um determinado partido, como o PT se comportou? E como ficaram as candidaturas lançadas pelo próprio PT?

No total de cruzamentos possíveis da matriz de 10x10 dos partidos analisados existem 90 cruzamentos que apontam quantas vezes, numa dada associação binária, um partido foi cabeça de chapa e quantas vezes o outro o foi. Em 2016, já excluídas as combinações entre um partido e ele mesmo, em 31 cruzamentos houve aumento em relação a 2012, ou seja, em apenas 34% do total. Nos demais campos há registro de recuo, alimentando a ideia de encolhimento dessas legendas nas eleições majoritárias municipais.

Para o caso do PT, as reduções da legenda como cabeça de chapa são generalizadas e significativas, atingindo mais de 50% de redução em todos os casos. Assim, mais do que sofrer com o processo de impeachment e afastar-se de adversários ou aliados o partido sofreu com um fenômeno denominado anti-petismo, que parece ter demonizado a legenda à luz do lançamento de candidaturas municipais. Assim, a redução de alianças com candidatos do PT encabeçando a coligação sofreu recuos de mais de 60% com o DEM (68,4%), o PSDB (-69,8%) e o PPS (-60,5%) que eram partidos reconhecidamente de oposição ao governo federal. Mas aqueles apontados como traidores não ficaram muito atrás nessa redução: o PSB registrou recuo de -66,4%, o

PMDB de -63,3%, o PTB de -58,6%, o PP de -55,4% e o PR de -52,9%. Com o PDT, considerado aliado ao longo do processo de impeachment, o recuo foi igualmente significativo: -55,1%, superior àquele visto com o PR e próximo ao apontado pelo PP.

Assim, resta verificar o que ocorreu em relação aos apoios ofertados pelo PT às cabeças de chapas desses outros nove partidos. Enquanto o PDT cresce 14% em 2016, em comparação a 2012, o que daria pistas de uma efetiva lógica de parceria, incluindo a migração de prefeitos ou políticos petistas municipalmente fortes como estratégia para fugir do desgaste da legenda PT, causa surpresa o fato de o PP, que votou em 90% a favor do impeachment também registrar avanço, mais modesto, de 2,8%. As maiores quedas são atribuídas a partidos verdadeiramente de oposição, como o DEM (-36%) e o PPS (-31,4%), mas a queda menos acentuada se deu com o PSDB (-13,8%). Das demais legendas do grupo de partidos que são considerados traidores, a maioria dos resultados se concentra na casa dos 20 pontos percentuais – PSB (-26%), PMDB (-22,4%) e PTB (-20,6%), sendo a exceção o PR com recuo de -14,8%.

Conclusão

Diante dos pontos apresentados, parece possível afirmar que o encolhimento do PT, com base no fenômeno denominado anti-petismo criado em parcelas da sociedade e vivenciado eleitoralmente, é muito mais causador da redução dos acordos locais do que efetivamente um plano nacional que teria como objetivo evitar alianças com legendas consideradas traidoras no plano federal – tendo como ponto central a admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados em abril de 2016.

Ademais, é relevante indicar que todos os partidos aqui estudados diminuíram suas presenças nas cidades brasileiras em 2016, em maior ou menor intensidade. A crise política do país, considerada aqui a partir do afastamento dos cidadãos dos partidos e da política em geral parecem reforçar tais pontos, bem como a reformulação da lógica de financiamento de campanhas.

Por fim, em relação à hipótese central desse trabalho, não parece possível afirmar que os partidos em geral se articularam a ponto de vingarem-se ou se afastarem dessa ou daquela legenda deliberadamente em virtude da questão do impeachment. O que parece ter havido foi um enfraquecimento generalizado do PT, com sua demonização em alguns setores da sociedade, o que não impediu que a despeito de seu encolhimento, o apoio ofertado por ele aos demais partidos ocorresse, em alguns casos, como o PP e o PDT, de forma crescente em relação à 2012. O mesmo não ocorreu em relação às demais legendas, onde não parece existir muita diferença de comportamento entre partidos que o PT passou a tratar como traidores e legendas que já estavam fazendo tempo na oposição. O quadro

municipal pode até respeitar tendências nacionais em relação aos sentimentos ou visões de grandes parcelas do eleitorado sobre partidos, mas daí isso se tornar algo absolutamente racional e orquestrado dentro das legendas por meio de ações claramente tomadas por suas direções é fenômeno que não parece passível de afirmação com base nos resultados encontrados que, certamente, mereceriam detalhamento e compreensões mais acurados.

Referências Bibliográficas

DANTAS, Humberto, 2007. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos brasileiros nas disputas de 2004 e 2004*. Tese de doutorado em Ciência Política. São Paulo: USP.

DANTAS, Humberto, 2008. Partidos políticos e alianças em eleições municipais: ideologia ou pragmatismo? In: *32º Encontro da ANPOCS*. Caxambu.

DANTAS, Humberto, 2009. Coligações nas eleições municipais de 2000 a 2008: a força dos partidos dos governadores. *Revista Liberdade e Cidadania – Ano II*, n. 6, out./dez.

DANTAS, Humberto, 2013. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras. Rio de Janeiro: *Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV*, n.2.

DANTAS, Humberto, 2016. Eleições municipais 2016 – percepções ao término do segundo turno. *Boletim Brasil em Foco*, outubro de 2016. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer,

KRAUSE, Silvana & FERREIRA, Denise Paiva, 2000. Institucionalização partidária e influência do partido do governo estadual nas eleições para o Executivo municipal: o padrão das coligações eleitorais no estado de Goiás. In: *Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Petrópolis.

KRAUSE, Silvana & SCHMITT, Rogério (Org.) 2005. *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da Unesp.

KRAUSE, Silvana & DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe (Org.) 2010. *Coligações Partidárias na nova democracia brasileira. Perfis e tendências*. Rio de Janeiro e São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Fundação Editora da UNESP.

KRAUSE, Silvana & MACHADO, Carlos & MIGUEL, Luis Felipe 2017. *Coligações e disputas eleitorais na nova república*. Rio e Janeiro / São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

KRAUSE, Silvana 2010. Coligações: o estado e desafio das artes. In: KRAUSE, Silvana & DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

MACHADO, Carlos A.M., 2007. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil: 2000 e 2004*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luís Felipe & MACHADO, Carlos A. M., 2007. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, n. 4, pp.757-793, Rio de Janeiro.

MIGUEL, Luís Felipe & MACHADO, Carlos A. M., 2010. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana & DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

PEIXOTO, Vitor, 2010. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana & DANTAS, Humberto & MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP.

RIBEIRO, Pedro Floriano, 2010. Velhos e novos comportamentos: coligações eleitorais nos municípios do G-79. In: KRAUSE, Silvana & DANTAS, Humberto & SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ.

SANDES, Vitor, 2016. Candidaturas e coligações nas eleições municipais: análise das disputas para prefeito nas capitais brasileiras em 2012 e 2016. Rio de Janeiro: *Revista Cadernos Adenauer – Ano XVII*, n.3.

SANDES, Vitor, 2013. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. Rio de Janeiro: *Revista Cadernos Adenauer – Ano XIV*, n. 2.

SILVA, Bruno & DANTAS, Humberto, 2017. Quem são eles? Identificando e caracterizando os vereadores brasileiros (2000-2016). In: *9º Congresso*

Latinoamericano de Ciencia Política organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideú, 2017.

SILVA, Josimar 2017. Estrutura partidária ou força do governador? Alianças governistas e opositoristas em eleições majoritárias municipais. In. KRAUSE, Silvana & MACHADO, Carlos & MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações e disputas eleitorais na nova república*. Rio de Janeiro / São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp, 2017.

SILVA, Josimar 2014. Desafios metodológicos nos estudos sobre coligações eleitorais: Novos e velhos caminhos de uma agenda de pesquisa. São Carlos: *Agenda Política*, UFSCar volume 2, número 2.

SOARES, Gláucio, 1964. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17.